Categoria: Notícias
Publicado em 15-02-2023

No passado dia 19 de janeiro, na Biblioteca Municipal de Tomar, reuniu pela 2.ª vez a Comissão Sub-Regional do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais do Médio Tejo.

Na reunião foi efetuado um ponto de situação dos trabalhos técnicos do Programa Sub-Regional de Ação (PSA), a apresentação das grandes metas e projetos do PSA, bem como algumas considerações sobre as áreas prioritárias de prevenção e segurança (APPS), entre outros temas.

A reunião decorreu durante toda a manhã, e coube à Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais - AGIF efetuar uma apresentação detalhada sobre todas estas matérias.

Com a criação desta Comissão, verificamos que já conseguimos estar a funcionar em pleno, conseguimos uma visão mais ampla permitindo um bom entendimento das entidades, uma discussão técnica suportada em informação fidedigna, bem como a identificação conjunta de projetos diferenciadores para o território, e um trabalho especializado na elaboração das fichas de projeto.

No que diz respeito ao tema das Áreas Prioritárias de Prevenção e Segurança – as APPS, foi referido que o que se pretende são territórios resilientes, mas também territórios habitáveis. Considera o Médio Tejo que neste âmbito devem haver exceções porque a nossa realidade é diferente. Cada vez mais nos debatemos com a criação de condições para atrairmos e fixarmos

população. Existe a necessidade premente de perceber os constrangimentos que temos e ultrapassá-los.

Não menos importante e preocupante, é o facto de no Médio Tejo no ano passado de maio a outubro, as atividades de gestão de combustível tenham estado condicionadas tendo em conta o nível de perigo de incêndio rural. Em 167 dias só foi possível efetuar trabalhos de silvicultura preventiva em cerca de 25 dias. Em suma, os trabalhos de silvicultura estiveram condicionados, em função do nível de perigo de incêndio rural, em de 142 dias, preocupando, assim, as várias entidades para as atividades de silvicultura preventiva nestes territórios no ano de 2023, se nada for alterado.

São várias as situações que têm de ser acompanhadas e as quais temos de defender, e neste sentido é o que devemos debater neste órgão, promovendo no Médio Tejo as melhores práticas que entendemos que devem ser desenvolvidas em prol do trabalho na floresta.

Fotos: CIM do Médio Tejo

sgifr19janeiro23